

AGROESTRATÉGIAS E GRANDES EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS: UMA ANÁLISE SOBRE PROCESSOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E FORMAS DE RESISTÊNCIAS DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU.

Poliana de Sousa Nascimento
PPGA - UFPE

Resumo

Esse artigo tem como ponto de exposição destacar as estratégias de resistências de quebradeiras de coco babaçu que construíram uma forma específica de organização e de trabalho ligado a terra, apresentando como eixo principal de reivindicação a garantia do livre acesso aos babaçuais. A devastação das palmeiras, o aumento das carvoarias, avanço das siderúrgicas e ampliação de projetos de investimentos que priorizam o agronegócio, tem prejudicado substancialmente suas práticas sociais. Em contrapartida, essas mulheres organizam-se criando mecanismos estratégicos de defesa contra seus antagonistas sociais. Outro plano da discussão, versa, sobretudo, sobre as ‘agroestratégias’, implementadas por grandes empreendimentos, que visam, como ressalta Almeida (2010), remover obstáculos às transações de venda de terra e incentivar as possibilidades de compra e venda, ampliando as terras disponíveis aos empreendimentos vinculados ao agronegócio. Esses empreendimentos, aqui vinculo às *commodities*, articulam-se não semente através de agroestratégias, mas em estratégias governamentais em torno de uma discussão conservacionista.

Palavras-chave: Quebradeiras, Resistência e ‘Agroestratégias’.

‘Agroestratégias’ e estratégias governamentais como mecanismo de controle e poder

Esse artigo é resultado de reflexões diretamente relacionadas às práticas extrativistas das designadas quebradeiras de coco babaçu, suas práticas e estratégias de resistências, diante de ‘agroestratégias’ e estratégias governamentais que impedem suas práticas sociais em torno do acesso e extração do coco babaçu. Trata-se de uma perspectiva analítica construída a partir de pesquisas vinculadas ao projeto “Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da

Região Ecológica do Babaçu”¹, com destaque para pesquisas realizadas no Estado do Maranhão e que resultou em uma autcartografia elaborada pelas quebradeiras de coco babaçu.

As questões abordadas nessa autcartografia, diz respeito, sobretudo, às formas de atuações de formas organizativas e grandes empreendimentos em torno dos recursos naturais, com reforço para áreas marginais do capital. A dinâmica do capital, pensada regionalmente, em especial, com olhar voltado para o estado do Maranhão, esteve associada, na década de 80 a agropecuária e ao extrativismo. Nas décadas de 90 são grandes projetos de investimentos como Projeto Grande Carajás² e projetos para extração de minério na parte oeste do Estado que ganham domínio, mas são nos anos que seguem que há um crescimento do agronegócio, com destaque para grãos (soja e milho), eucalipto e dendê que ganham espaço na região amazônica, sobretudo, na região oeste do estado do Maranhão. (MESQUITA, 2015, p.18) Nos últimos anos, especialmente após os anos 90, há um crescimento das *commodities* em regiões estrategicamente pensadas para expansão. Com esse crescimento, há também um novo formato de desenvolvimento que, com enclaves impostos pelo governo e a serviço de poderes capitalistas, tem afetado fortemente povos indígenas e comunidades, denominadas como tradicionais.

Para compor esta dinâmica capitalista, com caráter regional, há uma associação de interesses que versa pelo econômico e político e que liga o Estado e grandes empreendimentos instalados na região, sobretudo, aqueles com grandes extensões de terra para o mercado de *commodities*. Nesse sentido, o governo, com todo seu aparato estratégico, investe na agroindústria e em projetos de infraestrutura que aqui são apresentados por rodovias, ferrovias e portos que favorecem a distribuição do produto final. O Estado ainda mantém através de agências e bancos estatais, um extenso subsídio para o capital como forma de barateamento dos custos de implantação para esse mesmo capital. (MESQUITA, 2015, p.18). Este mecanismo de poder, promove diferenciação socioespacial que pode-se perceber no tempo e no espaço em torno do avanço de forças produtivas que são reflexo de uma força de mercado e do Estado, causando acúmulo de riqueza e aumento da desigualdade.

1 O projeto “Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu” que realizou pesquisas nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, faz parte de um conjunto de projetos relacionados ao Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” que tem como finalidade realizar cartografias sociais de povos e comunidades tradicionais, e do qual sou pesquisadora.

2 O Projeto Carajás, conhecido também como Programa Grande Carajás (PGC), foi um projeto de exploração mineral que se iniciou na década de 70 e contempla os estados do Pará, Tocantins e Maranhão.

Nesse sentido, os efeitos sociais dos atos do Estado, realizam planos de ação com logística e estrutura articulada, com propósito de garantir ganhos financeiros para empresários e fazendeiros, amparados por dispositivos jurídicos que legalizam tais ações, inclusive favorecendo o desmatamento legal na Amazônia Ocidental (região oeste do estado do Maranhão). E contextualizando com a questão das quebradeiras de coco babaçu, esses incentivos governamentais podem ser percebidos desde as primeiras exportações do babaçu em 1911, referentes às empresas instaladas principalmente no interior do Maranhão após I Guerra (Francesas, Belgas, Norte- Americanas e Norueguesas) e que abriram falência no final dos anos 20 (ALMEIDA, 1995) por falta de investimentos e eficácia gestacional.

A presença do capital numa determinada atividade ou região que se tenha interesse, historicamente, esteve associada à ocupação e controle do mercado, mas em todas elas, esta presença vem acompanhada de expropriação. Essas expropriações de terra são comandadas por grupos de investimentos que, em frentes diferentes, desorganizam e desarticulam comunidades estabelecidas secularmente em suas terras, com territórios que são seus espaços de reprodução social. E o que antes era espaço de reprodução social, hoje passa a ser de reprodução do capital para grandes empreendimentos instalados na região (MESQUITA, 2015, p. 23). Há um discurso de terras ilimitadas, mas há também o discurso de “espaços vazios”, como ocorreu com os quilombolas em Alcântara³ - MA, quando ocorre a instalação da base de foguetes.

Nesse sentido, quilombolas ou quebradeiras de coco babaçu são vistos como obstáculos para expansão dos grandes empreendimentos que estão sempre em busca de transações de compra e venda de terras. E são terras como as de quilombolas, indígenas e outras comunidades, que vem dificultando a reestruturação formal deste mesmo mercado de terras. Remover esses obstáculos e incentivar a compra e venda, faz parte das ‘agroestratégias’ desses grandes empreendimentos, bem como Cooptação e medidas compensatórias.

Outro mecanismo estratégico e que tem sido palco de frequentes contestações diz respeito à modalidade de intervenção na questão ambiental, especialmente com o discurso de “desenvolvimento sustentável” que vem sendo incorporado às grandes empresas. A este, acrescenta-se outro instrumento estratégico que versa pela ideia de responsabilidade social, mas o

3 Para instalação da base de foguetes na cidade de Alcântara- MA e expansão do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), desde a década de 80 há desapropriação de terras (SEREJO LOPES, 2012). Durante o processo desconsiderou-se totalmente a presença de inúmeras comunidades remanescentes de quilombos, reforçando a ideia de “espaço vazio”, e que hoje ainda lutam para terem seus direitos reconhecidos.

que de fato ocorre, são coalizões de interesses que tem como objetivo liquidar os direitos territoriais e controlar o acesso aos recursos naturais que dão sentido à sua existência.

Estratégias de resistências de quebradeiras de coco babaçu

O trabalho de mulheres que vivem da extração do babaçu é realizado como atividade complementar à manutenção da unidade da família. Elas ocupam o centro da atividade extrativista e também da agricultura familiar, desempenhando uma dupla jornada refletida dentro e fora do espaço social correspondente à casa. É através da venda do babaçu que elas conseguem suprir parte de suas necessidades diárias.

Quando encontram a possibilidade de coleta e quebra de coco em terras que não são suas, essas mulheres são submetidas na etapa de comercialização do produto, a um processo de exploração, pois algumas delas desconhecem as políticas públicas voltadas para o direito dos extrativistas e dos agricultores familiares. No entanto, a situação de mulheres que fazem uso do babaçu, não permeia apenas pela falta de valorização de suas práticas e dificuldade de acesso às palmeiras em minifúndios⁴. Vai além, ampliando um território de conflito com outros antagonistas sociais: as grandes empresas.

A implantação de grandes empreendimentos econômicos, juridicamente legalizada pelos aparatos do Estado, faz uso de mecanismos de poder e controle territorial. Ao criar arbitrariamente um território ou se impor diante de um, suprime-se o território do outro e oprime o sujeito que nele se reconhece, usurpando também o seu controle. Mas esse controle, que é legitimado pelo Estado, ao mesmo tempo em que, é unificado e universal, desapropria e desqualifica o outro que não faz parte da lógica legítima do Estado.

Bourdieu (2000) recorre a essa universalidade para discutir Estado, pois quando se pressupõe uma universalidade, se está diante de uma divisão que é instrumento de dominação, constituindo monopólio. O universal, nesse sentido, não é uniforme. A ação desses grandes empreendimentos econômicos provoca grandes transformações na estrutura agrária, no meio

⁴ Na região dos cocais maranhense, em especial, nos municípios de Codó, Coroatá e Timbiras, há uma classificação específica dada pelos agentes sociais dessa região, quanto à ocupação da terra por aqueles que não dispõem de terra. São famílias que vivem e cultivam regularmente em terras que pertencem a outro proprietário, sendo denominadas pelos próprios agentes como “terra de dono”. São minifúndios que agregam poucas famílias. Essas terras se diferenciam daquelas cujos ocupantes se reconhecem enquanto *comunidade* e estão em situação de conflito com seus antagonistas sociais, representados pelos fazendeiros e grandes empresas.

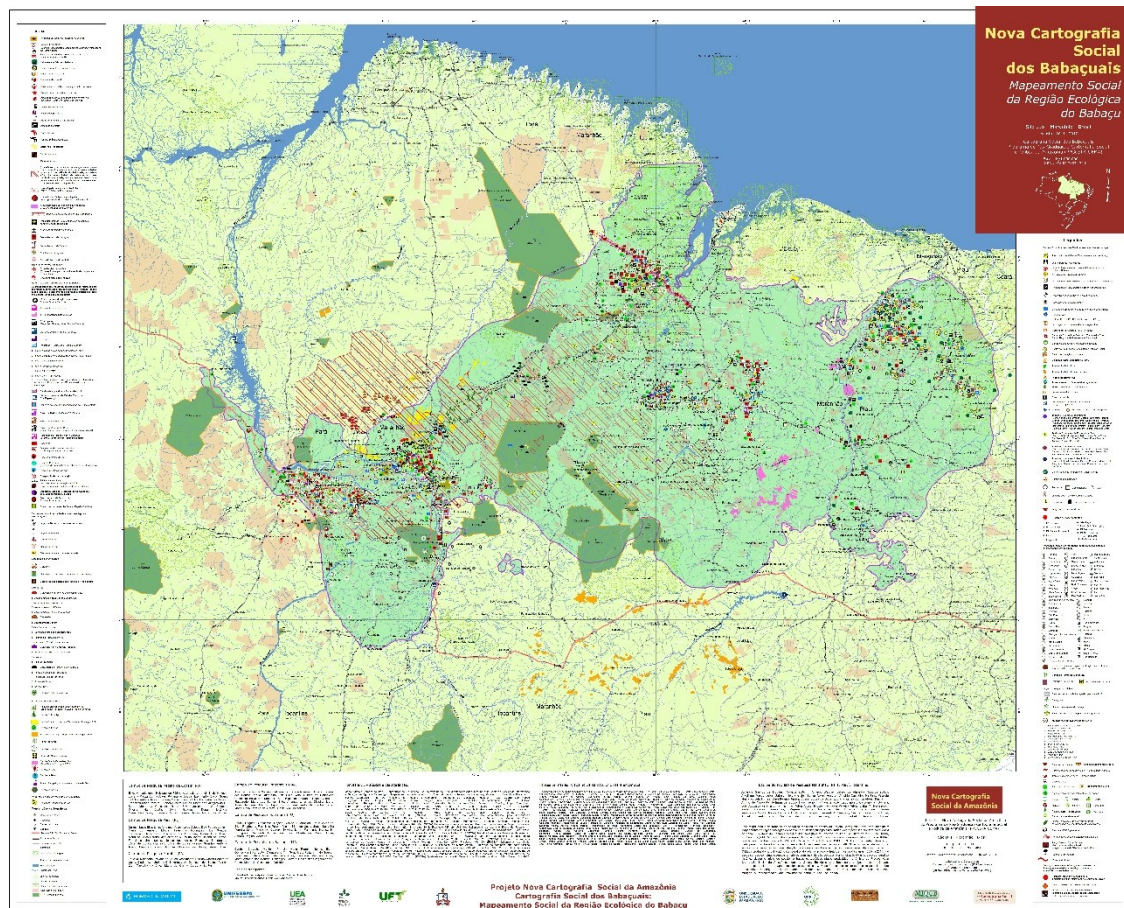
ambiente e na ordem sociocultural das comunidades⁵, atribuindo significados e transformações a seus territórios.

No início da década 70, o babaçu ainda era considerado um dos produtos de maior relevância na agropecuária, sobretudo maranhense, seja pela força de trabalho, seja pela arrecadação de impostos (MESQUITA, 1998, p. 18). Contudo, no final da década de 70, com a instalação de grandes projetos agropecuários e madeireiros na “região ecológica do babaçu”⁶, representado no mapa⁷ abaixo com mancha homogênea de coloração verde, a crise do babaçu assume ação intensificada, afetando inclusive outros produtos extrativistas, como a castanha, que na década de 70, apresenta redução de produção, sobretudo, no sudeste do Pará. (FARIAS JUNIOR, 2016). Esse fato convergiu-se para o surgimento de um processo de mobilização com potencial para constituírem forças sociais para aqueles que viviam do extrativismo.

5 Aqui cabe discutir o conceito de comunidade tal como Gusfield (1975) que, ao distinguir os diferentes usos atribuídos aos conceitos de comunidade e sociedade, os percebe enquanto categorias analíticas e não empíricas. Devem ser utilizados como instrumentos que permitem perceber o processo de construção efetuado pelos agentes sociais em referências a situações concretas.

6 Termo utilizado por Almeida (2005) e que se refere à região de grande concentração de formas organizativas e que não obedecem necessariamente à densidade de incidência da palmeira de babaçu

7 O mapa em destaque é resultado de pesquisa realizada projeto “Cartografia Social dos Babaçuais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu” que realizou pesquisas nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins-Brasil, faz parte de um conjunto de projetos relacionados ao Projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia” que tem como finalidade realizar cartografias sociais de povos e comunidades tradicionais. As regiões compreendidas para realização de pesquisa no âmbito do projeto “Cartografia Social dos Babaçuais” voltam-se para a Região dos Cacaos Maranhense (municípios de Codó, Coroatá e Timbiras), Baixada Maranhense (Penalva, Viana e Matinha), Região de Imperatriz (Imperatriz, Estrada do Arroz e Amarante) – MA; Norte de Tocantins (São Miguel, Axixá do Tocantins e TI Apinayes) e Oeste de Tocantins – Araguaína e Araguanã; Baixo Parnaíba (Esperantina, Miguel Alves, João Marques) – PI e Sudeste do Pará nos municípios de Marabá, São Geraldo, São Domingos e São João do Araguaia. O mapa destaca sobretudo formas organizativas de quebradeiras de coco babaçu e seus antagonistas sociais representados pelas grandes empresas e grandes fazendas na “região ecológica do babaçu”.



Fonte: Projeto Nova Cartografia Social dos Babaquais – Cartografia Social dos Babaquais: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu, 2017(data de divulgação). Elaboração técnica: Poliana de Sousa Nascimento, Luís Augusto Pereira Lima.

Nessa perspectiva, é na década de 80 que os conflitos tornam-se evidentes, contribuindo para o estabelecimento de formas organizativas. Tais representações organizativas se articularam por meio de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Associações comunitárias de trabalhadores, Associações de mulheres extrativistas, Unidades de produção, Grupos produtivos de mulheres e Cooperativas e estão também apresentadas no mapa acima. No entanto, cabe mencionar que desde a década de 50, a luta pela terra vem sendo estabelecida, com multiplicação de associações de trabalhadores rurais em toda “região ecológica do babaçu”.

Contudo, o movimento social que se apresenta mais forte e com pautas relacionadas diretamente às quebradeiras de coco babaçu é o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu). O movimento se estrutura segundo critérios organizativos apoiados em princípios de gênero, ecológicos e base econômica (ALMEIDA, 2005:21). Elas reivindicam acesso à terra livre, acesso aos babaquais e preservação da palmeira de babaçu

através de pautas que corroboram para criação de leis municipais denominadas “leis do babaçu livre”, já existente em alguns municípios entre os estados do Maranhão, Pará e Tocantins, nas regiões norte e nordeste do Brasil.

Essas articulações representam um pluralismo social e político que constitui elemento para a construção da identidade que compõem a luta dessas mulheres. São mulheres que se reconhecem enquanto quilombolas, ribeirinhas, agricultoras e quebradeiras de coco babaçu. No caso das quebradeiras de coco babaçu esse pluralismo na diversidade é construído a partir de relações e articulações entre grupos diferentes de mulheres que se fortalecem e se reconhecem pela luta também de gênero.

Elas levam como principal pauta de reivindicação a manutenção das atividades econômicas sustentáveis que envolvem, segurança alimentar, o beneficiamento do babaçu e livre acesso dos babaçuais, essas articulações oferecem condições de possibilidades para se pensar uma discussão em torno de uma “ambientalização” dos conflitos sociais (LEITE LOPES, 2004:34). Emergindo de uma interiorização dos interesses comuns em um dado lugar, trazendo consigo o acesso aos recursos naturais e por políticas públicas que reconheçam as diferenças culturais e compreendam a cultura como um direito de cidadania.

Nesse sentido, a luta que para mulheres surge da pressão sobre a economia do babaçu, abre margem para o processo de mobilização política (ARAUJO, 2013). Colocando em jogo uma luta pela “classificação no mundo social” que põe em evidência uma determinada forma de existência coletiva, que por si só, se contesta às pressões de interesses de grandes empreendimentos sobre seus direitos territoriais (MARTINS, 2008).

São mulheres cuja luta pode ser expressa no cotidiano e em diferentes espaços sociais que, por vezes, não são entendidos como luta, pois a forma como esta denominação se apresenta, tem características conservadoras e estagnadas de apreensão, impedindo a percepção da luta no cotidiano de quem também está no conflito, mas não estão na linha de frente deste conflito. A condição de vida, da qual, muitas mulheres estão inseridas permeia a uma condição de obediência e conformismos, mas que pode pairar também por elas tensões e possibilidades de resistir mesmo que a dominação assuma uma legitimidade diante de seus antagonistas sociais representados pelos grandes empreendimentos econômicos, que apresentam também mecanismos de resistência diante de pressões sociais.

Para Scott (2000), ambos os lados (movimento social e grandes empresas) estão sempre tentando ganhar algo, de forma que as resistências existem e se colocam para exercitar algum tipo de poder. Para muitos tipos de subordinados, especialmente os que sofrem a sujeição pessoal, a resistência informal e cotidiana é a estratégia mais eficaz nesse contexto de conflito presente.

Na abordagem de Scott (2000) existe uma infrapolítica capaz de lidar com a política formal. Para ele a infrapolítica não é explícita, mas é uma política de resistência. Resistência essa que é percebida nas redes informais da família, vizinhos e amigos ao invés de adquirir uma organização formal, como entidades estabelecidas politicamente. Ignorar esse tipo de política é ignorar que os grupos apresentem uma vida ativa na política. Contudo, essa forma política não explícita só pode ser compreendida em contextos de lutas específicos. Enfim, o potencial mobilizatório e de resistência das mulheres que vivem na “região ecológica do babaçu”, pode oferecer pistas convenientes para observarmos as situações de resistências, deixando margem para uma discussão mais consistente em torno das formas organizativas existências na região. Sobretudo para entender suas lutas e estratégias pautadas em uma construção identitária.

Conclusão

O que se vem discutindo ao longo deste artigo, é, sobretudo, a dinâmica do capital e como este sistema não prioriza aquele que não se encaixa nessa lógica capitalista de produção. Povos indígenas e comunidades reconhecidas como tradicionais vivem o dilema de ter seus territórios usurpados pela expropriação de terra provocada pela instalação de grandes empreendimentos em regiões que estão à margem do capital. Sobretudo, apoiados em um discurso desenvolvimentista. É justamente em função dessa lógica do capital que se pensa em estratégias de resistência de um lado e de ‘agroestratégias’ do outro. São dois lados da mesma moeda, são duas faces do Estado com discussões contraditórias e consequências que afetam lados opostos: acumulação de riqueza e desigualdade social, de gênero, de cidadania.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 1995. *Quebradeiras de coco babaçu: Identidade e Mobilização. Legislação específica e fontes documentais e arquivísticas*. São Luis: III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; Martins, Cynthia Carvalho; Shiraishi Neto, Joaquim. 2005. *Guerra Ecológica nos Babaçuais: O processo de devastação das palmeiras, a elevação do preço de commodities e aquecimento do mercado de terras na Amazônia*. São Luis: MIQCB/BALAIOS TYPOGRAPHIA.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. 2010. *Agroestratégias e desterritorialização- direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios*. In. Almeida, A.W. et. al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora lamparina.

ARAUJO, Helciane de Fátima Abreu. 2013. *Estado/ Movimentos Sociais: A trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão*. UEA Edições: Manaus.

BOURDIEU, Pierre. 2002. *Atos do Estado. Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. 2016. *Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará*. Tese de Doutorado. Manaus: Universidade Federal de Manaus.

GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. 2000. *Mobilização e mediação: análise sobre a formação de uma entidade de assessoria e mobilização em áreas de projetos de assentamento – ASSEMA*. Dissertação de mestrado. São Luís: Universidade Federal do Maranhão.

GUSFIELD, Joseph R. 1975 *Community: a critical response*. New York: Harper & Row Pub.

LEITE LOPES, José Sergio et.al. 2004. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

MARTINS, Cynthia Carvalho. 2008. *Campo intelectual e gestão da economia do babaçu: dos estudos científicos às práticas tradicionais das quebradeiras de coco babaçu*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. 1998. *A crise da economia do babaçu no Maranhão (1940-1980)*. XXVIII Anual Student Conference of Latin America. Patrocinado pelo ILASSA – Institute of Latin Studies Student Association. Austin: Universidade do Texas.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. 2015. *Grandes projetos de investimentos na Amazônia e as questões do desenvolvimento regional*. In. Mesquita. B.A. et. al. Povos tradicionais em coalisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará. Manaus: UEA Edições.

SEREJO LOPES. Danilo da Conceição. 2012. *A base espacial e as comunidades quilombolas de Alcântara*. São Luís: Anais da 64ª Reunião anual da SBPC.

Scott, James C. 2000 *Los dominados y le arte de la resistencia. Discursos ocultos*. Local Editora Era.